

A INCLUSÃO DO AUTISTA NA ESCOLA DE ENSINO REGULAR

Kétsia Ferreira Viana Bezerra Dias¹; Ana Paula Marinho dos Santos²; Lucicleide Araújo Rodrigues³

¹Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – diasketsia@gmail.com; ²Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – anap_marinho@hotmail.com; ³Universidade Estadual da Paraíba/Campus I – lucicleidearaujo727@gmail.com

Resumo: O presente artigo irá versar sobre a temática da inclusão do autista na escola de ensino regular, que de acordo com a Classificação Internacional de Doenças (CID-10) o autismo é um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento caracterizado por dificuldades na interação social, na comunicação e no comportamento que acomete pessoas de todas as classes sociais, embora as do sexo masculino sejam mais atingidas do que as do sexo feminino. Para isso, perpassamos pela conceituação desse transtorno; pelo diagnóstico do autismo, pois as crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) por muitas vezes são confundidas com crianças imperativas; e pela relação escola e família, uma vez que esta é de suma importância no processo da aprendizagem escolar da criança autista. O presente estudo de caráter qualitativo, classifica-se como uma revisão bibliográfica com base nos teóricos Cardoso (2006), Veloso (2014), dentre outros, com a perspectiva de compreender o TEA e o processo de inclusão da criança autista na escola de ensino regular, partindo da necessidade de refletir as necessidades e limitações do outro, para a superação dos estigmas e das barreiras que levam à exclusão e segregação, principalmente no contexto educacional, pois o processo de inclusão escolar dos alunos com TEA não se resume apenas em poder desenvolver com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia e melhoramento no convívio social, mas também na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas produtivas e capazes. Dito isso, faz-se necessário que a escola assuma seu papel, de fato, e busque meios que proporcionem uma aprendizagem significativa aos seus alunos autistas, assim como também, apoio e assistência necessária para a superação de obstáculos rumo à verdadeira inclusão dos mesmos.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva, Inclusão, Alunos autistas.

Introdução

A história da inclusão está estreitamente vinculada à trajetória da humanidade, pois desde os tempos antigos ocorriam inúmeras mortes e perseguições às pessoas que nasciam com algum tipo de deficiência. No século XV, as pessoas consideradas como loucas ou com alguma deficiência mental ou física eram mandadas para a fogueira, pois eram vistas como pessoas que estavam possuídas por espíritos malignos. A partir do século XVII, os indivíduos que possuíam alguma deficiência eram retirados do convívio social e deixados em celas, calabouços, asilos e hospitais. Esse período histórico, em relação às pessoas deficientes, era marcado pela crueldade e descaso para com as mesmas e também por opiniões contraditórias.

A trajetória das pessoas com pessoas deficientes é marcada pela exclusão, pois, elas não eram consideradas como membros da sociedade, sendo rejeitadas, escondidas e ignoradas pela

mesma durante esse período em que não havia nenhuma preocupação ou atenção especial com as pessoas deficientes ou com necessidades especiais. Posteriormente, nos séculos XVIII e XIX, surge a institucionalização da Educação Especial em alguns países, embora essa seja marcada por uma concepção organicista que tinha como pressuposto que a deficiência tratava-se de algo hereditário com evidências de degeneração da espécie humana, sendo assim, a segregação dessas pessoas ainda era considerada melhor opção.

Objetivamos neste estudo, qualitativamente, compreender o TEA e o processo de inclusão da criança autista na escola regular da educação básica partindo da necessidade de refletir as necessidades e limitações do outro, e também de versar a importância da relação escola e família no processo de ensino-aprendizagem do aluno diagnosticado com autismo para a superação dos estigmas e das barreiras que levam à exclusão e segregação.

Metodologia

O percurso metodológico utilizado para alcançar o objetivo de versar sobre a inclusão da criança com o Transtorno do Espectro Autista (TEA) na sala de aula regular do ensino básico, proposto nesta pesquisa, se fundamenta no estudo bibliográfico sobre o tema com base em alguns teóricos que abordam a temática, como a exemplo de Cardoso (2006), Veloso (2014), dentre outros.

Realizamos nosso estudo buscando compreender a fundo, o que os teóricos trazem sobre a Educação Inclusiva e de que forma a mesma se concretiza em nosso atual contexto social. Só a partir de então, focamos no nosso real objeto de estudo que se trata da inclusão do autista na escola de ensino regular na perspectiva de compreender o universo da criança autista e seu processo de inclusão e aprendizagem. Nesse sentido, foram realizados estudos dirigidos abrangendo as principais questões sobre a temática, no intuito de fixar e consolidar o aprendizado sobre o referencial teórico utilizado.

Conceituação e Diagnóstico do Autismo

A origem da palavra Autismo é proveniente do grego "autos" que em linhas gerais significa "voltar-se para si mesmo". Esse termo foi utilizado pela primeira vez pelo psiquiatra Bleuler nos princípios do século XX, para caracterizar um tipo de sintoma que ele julgou ser secundário das esquizofrenias. Apenas nos anos de 1943 é que Leo Kanner define as características do Autismo, descrevendo-as como uma forma de psicopatologia própria no

qual através de estudos de caso definiu características sociais, comportamentais e linguísticas do Autismo.

De acordo com Veloso (2014), o autismo é uma perturbação que afeta o desenvolvimento da criança devido às dificuldades na comunicação e no comportamento, colocando algumas dificuldades à sua educação e integração social e sobre o qual ainda se mantém grandes dúvidas e divergências no campo científico.

O autismo caracteriza-se na perspectiva de Cordeiro (2014, apud VELOSO, 2014) como uma dificuldade extrema no relacionamento interpessoal e social, associado a problemas na comunicação verbal e não-verbal, grande atração por rotinas, movimentos e atividades repetitivas e monótonas, e um repertório acentuadamente restrito de atividades e interesses com grande estresse quando as rotinas se modificam. Segundo Lima (2012 apud VELOSO, 2014) as manifestações desta perturbação variam muito em função do nível de desenvolvimento e da idade cronológica do sujeito. Não existe um desenvolvimento tipicamente normal, apesar de 20% dos pais descreverem um desenvolvimento relativamente normal durante os primeiros anos de vida. No entanto, ocorre com maior incidência em meninos e manifesta-se antes dos três anos de idade na qual aproximadamente, metade dos portadores são mudos e mais de dois terços apresentam retardo mental.

É notório que o número de diagnósticos aumentou e são identificados em idades cada vez mais precoces, por isso que a perturbação passou de um fenômeno raro para algo mais comum do que se pensava. O TEA intriga e causa angústia nas famílias porque as crianças portadoras desta patologia têm uma aparência harmoniosa, mas ao mesmo tempo apresentam um perfil irregular de desenvolvimento. Embora umas apresentem um bom desenvolvimento de algumas áreas, outras estão comprometidas nas suas capacidades físicas, sociais e linguísticas, anormalidades no relacionamento com objetos e eventos.

O Autismo é um transtorno do desenvolvimento marcado por três características fundamentais: incapacidade para interagir socialmente; dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos; padrão de comportamento restritivo e repetitivo. O autista pode ter ainda uma sensibilidade sensorial, pois seu cérebro é conectado de modo diferente no qual absorve muitos sons, conversas, cheiros e imagens ao mesmo tempo e sobrecarrega o sistema sensorial. No entanto, o grau de comprometimento é de intensidade variável, ou seja, vai desde quadros mais leves, como a síndrome de Asperger na qual não há comprometimento da fala e da inteligência, até formas graves em que o paciente se mostra incapaz de manter qualquer tipo de contato interpessoal por apresentar comportamento agressivo e retardo mental.

O autismo acomete pessoas de todas as classes sociais, embora as do sexo masculino sejam mais atingidas do que o sexo feminino. Os sintomas podem aparecer nos primeiros meses de vida ou não porque variam muito. Contudo, os primeiros sinais que o portador apresenta são:

- 1) ausência completa de qualquer contato interpessoal, ou seja, o contato com pessoas, incapacidade de aprender a falar, incidência de movimentos estereotipados e repetitivos, deficiência mental;
- 2) o portador é voltado para si mesmo, não estabelece contato visual com as pessoas nem com o ambiente; consegue falar, mas não usa a fala como ferramenta de comunicação (chega a repetir frases inteiras fora do contexto) e tem comprometimento da compreensão;
- 3) domínio da linguagem, inteligência normal ou até superior, menor dificuldade de interação social que permite aos portadores levar vida próxima do normal. (VARELLA, 2011)

O diagnóstico é feito por clínicos, onde será feito exames específicos para diagnosticar o transtorno e não existe tratamento padrão que possa ser utilizado, pois cada paciente exige um acompanhamento individual, de acordo com suas necessidades e deficiências. Tanto o diagnóstico quanto o tratamento dependem da qualidade do trabalho e do conhecimento do profissional responsável. Sendo assim, é de suma importância o investimento na pesquisa em prol da qualidade de vida dos pacientes autistas e de suas famílias.

É importante ressaltar que encontrar áreas específicas que expliquem o comportamento de pessoas autistas é tarefa inatingível. A diversidade de sintomas não permite tal localização. Para tanto, as teorias propostas são auxiliares no desvendamento das possíveis origens dos sintomas, auxiliando no processo de diagnóstico e tratamento. Todos estes fatores tornam o mundo do autismo fragmentado, impedindo a coerência e organização de ideias para compreender situações ou realizar julgamentos.

Inclusão da Criança Autista na Escola Regular

O princípio da inclusão apela, para uma escola que tenha em atenção à criança e, por conseguinte, que respeite três níveis de desenvolvimento essenciais: acadêmico, sócio emocional e pessoal, de forma a proporcionar-lhe uma educação apropriada, orientada para a maximização do seu potencial. Contudo, o objetivo primordial da educação inclusiva é o de assegurar o direito à educação para todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças individuais. Esta perspectiva está, sobretudo, orientada para o currículo, em

oposição à perspectiva centrada nas incapacidades ou nas dificuldades das crianças. Assim, a Declaração de Salamanca partiu do seguinte pressuposto:

As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva, são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos. (BRASIL, 1994)

Cabe à escola incluir a criança da melhor maneira possível. Desse modo, na lei nº 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, fica assegurado a ela o direito à Educação em todos os níveis de ensino. Entretanto, garanti-lo não é tarefa simples porque faltam profissionais habilitados, o número de alunos em sala é grande e ainda não há muitos conhecimentos consolidados sobre o tema, o que existe são bons exemplos de práticas pedagógicas que funcionam em determinados contextos e podem ajudar o educador e refletir sobre o processo de inclusão.

Sabemos que a inclusão da criança autista na escola regular, não é nada fácil, pois se leva em conta a dificuldade para sustentar a atenção, a necessidade de previsibilidade de rotina, entre outras. Porém, ao inseri-lo na sala de aula regular facilita a aprendizagem do autista fazendo com que ele desenvolva várias habilidades. Assim, a inclusão educacional não é simplesmente inserir o indivíduo com deficiência ou não, na sociedade ou na escola. Incluir também é ter a capacidade de aprender, conviver, reconhecer e principalmente saber respeitar as diferenças das outras pessoas. E para as crianças com deficiência como o autista a situação se complica, pois, exige um esforço maior não só dos familiares, mas do professor. Assim,

A inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, como caminho fundamental para se atingir a inclusão social, constitui uma meta, neste novo século, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas educativos, nos quais se pretende educar alunos com necessidades educacionais especiais na escola regular. Isto pressupõe que é o sistema educacional como todo que assume a responsabilidade de Educação e não uma parte dele, a Educação Especial. (CARDOSO, 2006)

A inclusão educacional se caracteriza em princípios que visam à aceitação das diferenças individuais, à valorização da contribuição de cada pessoa, à aprendizagem através da cooperação e à convivência dentro da diversidade humana. Dessa forma, o papel da escola e do professor consiste em favorecer que cada um, de forma livre e autônoma, reconheça nos demais a mesma esfera de direito que exige para si. Esta concepção permite concluir que o conceito de inclusão engloba também aqueles que de certa forma são excluídos da sociedade e não somente alunos com deficiências.

Aprendizagem

É comum pensarmos a aprendizagem como um processo dividido em blocos, onde cada disciplina ou atividade é trabalhada individualmente dentro de um contexto visando o desenvolvimento intelectual da criança e não há dúvida que este tipo de abordagem focada e específica tem sido preponderante em diversas situações. Contudo, a aprendizagem é um processo integrado resultante de estímulos que atuam de forma simultânea, que envolvem todo o corpo através dos sentidos, das emoções e dos movimentos, fazendo com que o desenvolvimento cognitivo e de aquisição de linguagem estejam intimamente associados ao desenvolvimento motor.

O nível de desenvolvimento da aprendizagem do autista é bem restrito, lento e gradativo, portanto, caberá ao professor adequar o seu sistema de comunicação a cada aluno. Entretanto, em alguns casos algumas pessoas com o transtorno conseguem desenvolver habilidades fantásticas como, por exemplo, Jacob Barnett¹ que foi diagnosticado com autismo aos dois anos de idade e sua história de vida é a prova que determinados diagnósticos e consequentes tratamentos podem invariavelmente serem mais nocivos do que saudáveis, já outras cuja inteligência é mais comprometida a uma necessidade de inserir em escolas especiais. Dessa forma, a ênfase consiste em oferecer ao aluno uma mediação, pois de acordo com Cardoso (2006) “a finalidade primordial é analisar o potencial da aprendizagem, como sujeito integrado em um sistema de ensino regular, avaliando ao mesmo tempo quais os recursos que necessita para que sua evolução seja satisfatória”.

Há casos em que as características, as capacidades e as necessidades de aprendizagem de determinada criança podem requerer apoios especializados fora da classe regular e, mesmo, fora da classe da escola regular, no entanto devem ser consideradas opções e providenciados serviços adequados para as crianças autistas, sempre que possível na classe regular, mas não excluindo a hipótese da resposta não estar sempre, a tempo inteiro, nessa mesma classe regular, face à natureza e severidade da problemática da criança com autismo, seja considerado um modelo de atendimento que permita a formação de níveis de inclusão de limitado a total. Assim, e tendo em conta não só as capacidades e necessidades do aluno com autismo, mas também outros fatores, como por exemplo, os recursos humanos e materiais existentes, o relacionamento entre o professor do ensino regular e o da educação especial, a

¹ SCIENCE, Dr. **Criança diagnosticada com autismo e condenada por especialistas é sumidade em astrofísica**. 2015. Disponível em: <<http://www.hierophant.com.br/arcano/posts/view/Science/3729>>. Acesso em: 05 de jun. de 2015.

participação parental os apoios prestados por outros serviços, a formação do professor e de outros agentes educativos.

A escola brasileira, além de fazer com que um contínuo alternativo de modalidades de atendimento esteja ao alcance de todos os alunos com espectro autista, deve pugnar para que o seu papel avance, tornando-se também, num centro para atividades comunitárias que se ajustem a todas as crianças e suas respectivas famílias. Assim, para promover uma aprendizagem significativa é necessário seguir certas normas (RIVIÈRE, 2004):

1. Assegurar a motivação.
2. Apresentar as tarefas somente quando a criança atende, e de forma clara.
3. Apresentar tarefas cujos requisitos já foram adquiridos antes e que se adaptam bem ao nível evolutivo e às capacidades da criança.
4. Empregar procedimentos de ajuda.
5. Proporcionar reforçadores contingentes, imediatos e potentes.

As crianças com necessidades educativas especiais têm um grande campo de necessidades pedagógicas, com diferentes graus de intensidade e duração. Como tal devemos respeitar os seus ritmos de aprendizagem e desenvolvimento, promovendo sempre a integração e a estimulação dessas crianças.

Portanto, a aprendizagem varia de acordo com o grau do seu transtorno. Para os que têm um grau mais leve, é de extrema importância que a escola disponibilize de formas específicas para ensinar, como por exemplo, o uso do computador, uma vez que, o mesmo dispõe de recursos como animação, som, efeitos especiais, tornando o material mais interessante e atrativo para todas as crianças, não só para aquelas com autismo. Este tipo de aprendizado é essencial, pois, faz com que o processo educacional fique eficaz e além do mais proporciona comunicação, um conhecimento de mundo que favoreça o processo de alfabetização. Ou que a escola regular possua a Sala de Snoezelen como um recurso extra, pois propicia diversos benefícios para as crianças com a perturbação do espectro do autismo. Vai haver uma promoção do relaxamento, do lazer e da diversão; a permissão da exploração, descoberta, escola e oportunidade de controlar o ambiente; a estimulação esfínteriana; a grande variedade de atividades vem permitir a exploração conforme as preferências das crianças; vem permitir um trabalho individual e em grupo, no sentido do controlo da ansiedade; incentiva o movimento e a motivação para a aprendizagem; vem facilitar a libertação do stress e estimula o aparecimento de emoções positivas como o bem-estar, o relaxamento, a alegria e a satisfação. O ambiente vivido na Sala de Snoezelen vem estimular a constante interação da

criança com a perturbação do espectro do autismo com o ambiente que a rodeia, fazendo-a construir e estruturar as imagens do seu mundo.

Relação Família e Escola

A inclusão começa em primeiro lugar em casa, pelos familiares e depois pela sociedade e é de extrema importância que todos tratem normalmente a criança autista, tentando entender sua forma de ser para tentar ajudá-la de alguma maneira. Assim, a Declaração de Salamanca (1994, p. 37) deixa claro que:

Atingir o objetivo de uma educação de sucesso para as crianças com necessidades educativas especiais não é a competência exclusiva dos Ministérios de Educação e das escolas. Tal exige, também, a participação das famílias, a mobilização da comunidade e das organizações voluntárias, bem como o apoio do grande público. A experiência dos países e regiões onde têm sido testemunhados progressos no caminho para a igualdade de oportunidades educativas das crianças e jovens com necessidades educativas especiais sugere-nos alguns procedimentos úteis. (BRASIL, 1994)

A contribuição entre a família da criança com autismo e a escola é fundamental, para que se possam desenvolver estratégias para suprir as necessidades, não só da criança com perturbação do desenvolvimento, mas de todos os membros da família que se relacionam com ela. Então, é necessária que primeiramente a família documente detalhadamente todos os sintomas e informe a instituição de ensino a respeito deles. Assim, a escola deve contar com as metodologias adequadas para ajudar a criança diagnosticada com TEA a desenvolver suas habilidades. Entretanto, o desafio não está somente nas características do autista ou no diálogo entre família e educador, mas também na viabilização financeira dos métodos especializados de ensino.

As escolas necessitam de métodos tecnológicos para entreter o aluno autista, pois através dos mesmos é possível reduzir a incidência de comportamentos inadequados e ajudar o autista na organização do seu dia a dia, bem como na tarefa de se comunicar e interagir com os outros, além de serem necessários profissionais qualificados, o que ainda é um pequeno número.

Uma abordagem centrada na família deve procurar desenvolver as capacidades, para responder às necessidades específicas da criança com autismo, evitando que se tornem dependentes dos serviços de apoio. Assim, o apoio dado pelo profissional de educação ou outro relacionado com a intervenção precoce, é um acréscimo de motivação para estimular a aprendizagem desse aluno.

É reconhecido, que os professores são aqueles que permanecem mais tempo e conseguem maiores níveis de confiança junto das famílias de crianças com necessidades educacionais especiais do que quaisquer outros profissionais de educação ou saúde. Para que se consiga um envolvimento de todos os membros da família da criança, o profissional deve conhecer alguns pressupostos teóricos sobre as características e dinâmicas familiares, tendo de considerar a comunicação interpessoal para uma competência essencial a atingir.

A parceria educacional deve basear-se na partilha, no respeito, na negociação, na informação, nas aptidões da família e criança, na confiança e responsabilidade de ambas as partes nas decisões a tomar. Nem sempre é fácil aceitar um diagnóstico de autismo para os pais de uma criança. Estas estratégias de intervenção na família podem passar por: dotar os pais de capacidade de interação com o problema da criança; promoção de encontros de pais com filhos autistas; assistência psicopedagógica; ajuda na integração laboral dos filhos mais velhos; proporcionar à família um modo de vida mais equilibrado e menos limitado, podendo passar por programas de ajuda domiciliária. Portanto, o profissional que intervém junto das famílias com crianças autistas, deve ser capaz de estabelecer uma atmosfera de confiança; incentivar os pais a intervir no processo; ser sensível à dor dos pais, mas proporcionando-lhes oportunidades de superação dessa dor; saber escutar os problemas da família; e estabelecer um plano de intervenção que respeite a vontade dos pais.

Considerações Finais

Diante do exposto, foi possível observar que são muitos os desdobramentos no que diz respeito ao Autismo já que ainda não é possível identificar uma origem etiológica específica. É fato que os estudos atuais são categóricos em orientar o que é o Autismo, sendo classificado como um transtorno de origem orgânica, com alterações funcionais do cérebro.

De acordo com Cardoso (2006) o ambiente educacional deve propiciar elementos para que o professor do ensino regular atue com todos os alunos da classe, de forma que favoreça a promoção das relações sociais aceitáveis entre os alunos com necessidades educativas especiais e os que não as possuem. Como vimos ao longo do que foi abordado na presente pesquisa, a parceria entre a família, a escola e o profissional competente é de fundamental importância para o progresso escolar de uma criança autista.

É necessário que a escola proporcione uma aprendizagem significativa aos seus alunos, como também apoio, e assistência social que eles necessitam para a superação de obstáculos rumo à inclusão do aluno autista através das políticas públicas, da reorganização do trabalho

pedagógico, pela leitura ou escrita, pelo uso de computador, pela execução cantada, e/ou instrumentalizada de diversos gêneros musicais, ou mesmo pela prática de esportes. Ademais, a pessoa com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tem o direito constitucional assegurado de ser incluída educacionalmente, e o poder público deve atuar de modo a efetivar os direitos inerentes a estas pessoas, afinal, devemos pensar em uma sociedade realmente inclusiva e que prestigie cada dia mais a inclusão dos grupos em sua plenitude para que se concretize não se limitando apenas a oferecer o ensino, mas também a integração dessa pessoa na sociedade.

Portanto, a função da escola na perspectiva de Cardoso (2006) no processo de integração/inclusão escolar dos alunos com TEA na escola regular não se resume apenas em poder desenvolver com eles habilidades essenciais para a conquista de uma maior autonomia, mas também na possibilidade de poder contribuir com a sua evolução como pessoas. No entanto, a integração destas crianças nas classes regulares enfrenta diversas dificuldades, por isso é preciso que ocorra uma articulação entre o trabalho desenvolvido nas salas de aulas regulares que integram os alunos autistas e a dinâmica pedagógica da escola, bem como, é necessário a qualificação do profissional docente para trabalhar com esses alunos, principalmente os professores de turma regular. Ademais, os desafios sobre o tema ainda são muitos, mas o entendimento de que a deficiência é uma expressão da diversidade de estilos de vida é um avanço sem precedentes para a concretização da integração dos deficientes.

Referências

ASSUMPÇÃO JR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. **Autismo infantil**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbp/v22s2/3795.pdf>>. Acesso em: 15 de jun de 2015.

BRASIL, MINISTÉRIO DA AÇÃO SOCIAL. Coordenadoria Nacional Para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: MAS/ CORDE, 1994.

CARDOSO, M. S. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão á inclusão – uma longa jornada. In: MOSQUERA, Juan José M.; STOBAUS, Claus D. **Educação Especial: Em Direção à Educação Inclusiva**. 3. ed. Porto Alegre, 2006. (p. 15-26)

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LEITE, A. R. **A Educação Especial no Brasil e os Aspectos Pedagógicos**. 2011. Disponível em: <<http://webartigos.com/artigos/a-educacao-especial-no-brasil-e-os-aspectos-pedagogicos/78097>>. Acesso em: 01 set. 2017.

MACIEL, M. M.; FILHO, A. P. G. **Atendimento educacional específico**. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/rp6gk/pdf/diaz-9788523209285-21.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2015.

MATOS, M. A. S.; BRAGA, G. V. **Um estudo sobre a inclusão do educando autista em escola regular no município de Manaus.** 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/SNPGCS/article/viewFile/1488/1076>>. Acesso em: 01 set. 2017.

REVIÈRE, A. O autismo e os transtornos globais do desenvolvimento. In: COOL, C.; PALACIOS, J.; MARCHESI, A. **Desenvolvimento Psicológico e Educação:** Transtornos de desenvolvimento e necessidades educativas especiais. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

SALLA, F.; SCAPATICIO, M. **Avaliação Flexibilizada.** Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/1409/avaliacao-flexibilizada>> Acesso em: 09 jun. 2015.

SCIENCE, Dr. **Criança diagnosticada com autismo e condenada por especialistas é sumidade em astrofísica.** 2015. Disponível em: <<http://www.hierophant.com.br/arcano/posts/view/Science/3729>>. Acesso em: 05 jun. 2015.

VARELLA, D. **Doenças e Sintomas:** Autismo. 2011. Disponível em: <<https://drauziovarella.com.br/doencas-e-sintomas/autismo/>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

VELOSO, S. P. E. **A Intervenção Educativa nos Alunos com Perturbação do Espectro Autista.** Instituto Superior de Educação e Ciências, 2014.